



CONSELHO DE AUTORIDADE
PORTUÁRIA DO PORTO DE
PARANAGUÁ

Rua Antônio Pereira, 161
Cep: 83221-030 Paranaguá – PR
Tel. (41) 3420-1142 – Fax (41) 3420-1360
www.autoridadeportuaria.pr.gov.br
E-mail: cappgua@pr.gov.br

187ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de outubro de 2009, na sala de reuniões do CAP em Paranaguá – PR, às 09h30min, sob a presidência do Sr. Martinho Cândido Velloso dos Santos, reuniu-se o Conselho de Autoridade Portuária (CAP) do Porto de Paranaguá, com a presença dos **Conselheiros**: Mauricio Vitor de Souza, José Baka Filho, Ivany Marés da Costa, Luiz Alberto de Paula César, Carlos de Oliveira da Velha Filho, Edson César Aguiar, Marco Aurélio Chapaval, Carlos Antonio Tortato, Maria do Socorro de Oliveira, Zulfiro Antonio Bósio, Ismael Alves Pires Neto, Luiz Antonio Fayet, Juarez Moraes e Silva, Blásio José München, Cláudio Fernando Daudt, Luciano Cardoso Denardi, João Gilberto Cominese Freire e Hário Mirzo Tieppo Junior; **Convidados**: Cap. Avelino de Freitas - CPPR, Sidney Pinto - COTRIGUAÇÚ; Fernando O. S. Muller – RFB; Dr. Fernando Muniz – SINDOP; **Justificativas de ausência**: Conselheiros: Daniel Lucio Oliveira de Souza, Wílen Mantelli, Michael Martins da Silva, Carlos Alberto Silveira Calvo e Sandro Flores Monteiro; 1 - **ABERTURA DOS TRABALHOS** – O **Presidente** deu início à reunião agradecendo a presença de todos; 2 – **DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA RELATIVA À 186ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CAP** - Secretária do Conselho; que após recebida e analisada pelo colegiado, foi aprovada por unanimidade; 3 – **ORDEM DO DIA: 3.1 MANIFESTAÇÃO DO CAP ACERCA DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO E DE INVESTIMENTOS DA APPA, PARA O EXERCÍCIO DE 2010 (Relatório 001/2009 – Comissão Tarifária, Orçamentária e de Investimentos Portuários)** – Relator – Conselheiro Edson César Aguiar; fazendo a leitura do Relatório nº 001/2009 da referida Comissão, informou que a Comissão havia se reunido para análise e discussão do assunto, cuja resolução foi a de sugerir ao Colegiado que recomende à APPA a inclusão na previsão orçamentária para a recuperação do pavimento rígido das vias de acesso ao Porto de Paranaguá. O Cons. Fayet, dizendo que o seu voto seria contrário a aprovação do mesmo, até por entender que a matéria somente deveria ser votada após a discussão de todos os itens da pauta, solicitou a formulação de uma proposta para definir a questão das responsabilidades das obras executadas nas vias de acesso para evitar que o assunto fique rolando sem nenhuma solução. Cons. Daudt disse que o assunto já foi exaustivamente debatido, foi um investimento efetuado pela APPA, e que se não for tomado medidas urgentes para conservação, no decorrer de algum tempo irá se perder. Cons. Mauricio Vitor disse que a empresa executante da obra deu um prazo de garantia de vinte e cinco anos para duração do pavimento e, portanto, medidas serão cobradas da mesma para reparação das obras nos trechos onde haja necessidade e estará assumindo, com a APPA, compromisso para solução dos problemas inclusive entendimentos efetuados com a participação da Prefeitura Municipal. Esclareceu que o Porto teve que executar obras emergenciais na recuperação das vias de acesso, face à situação crítica em que as mesmas se encontravam. Informou ainda que estudos estavam sendo efetuados para adoção de medidas de recuperação da Av. Aírton Sena que é uma das principais vias de acessos ao porto, em parceria com a Prefeitura Municipal e Governo Federal. Cons. Edson disse que a Av. Bento Munhoz da Rocha não é patrimônio federal e que a sugestão apresentada no relatório, nasceu de uma dúvida durante a exposição da previsão orçamentária, que é se devia só ampliar as vias de acesso ao Porto de Paranaguá, que era o contemplado na Orçamentária ou se, além de ampliar, também deveria recuperar o que está deteriorado, que foi o escolhido, com a concordância da Diretoria Administrativa e da Assessoria da APPA. Maria do Socorro chamou a atenção dizendo que se trata de dois assuntos diferentes com um mesmo objetivo de melhorar o tráfego: um é a questão do orçamento do porto onde foi efetuada uma correção com as palavras ampliar e recuperar e o outro é a questão logística do porto, que considera mais importante. Até porque o Governo Federal não está atuando para o desenvolvimento logístico de Paranaguá, um porto de grande importância nacional. Isto mostra a necessidade do CAP e a comunidade portuária atuarem em conjunto para a efetiva modernização do porto. O Cons. Bósio disse que o Conselho tem que avaliar a necessidade e a urgência de resolver essa questão, sendo que a legalidade é outra questão. Cons. Ivany manifestou sua insatisfação com a posição do Cons. Fayet dizendo que o mesmo foi convidado a participar da reunião da Comissão, oportunidade em que poderia ter feito sugestões, o que não fez e depois simplesmente se posiciona contrário à proposta. **Presidente** disse que circulou pelas vias de acesso justamente para esclarecer a dúvida quanto a autoridade do Estado

sobre essas vias. Porém, pelo Convênio de Delegação, o porto não pode investir recursos de geração própria fora da área do porto organizado. Desta forma, entende que não se pode fazer uma previsão orçamentária para aplicações de investimentos com recursos gerados pelo próprio porto em cima de um patrimônio que não seja do porto. Informou ser conhecedor dos motivos que ensejou a APPA a intervir em caráter excepcional executando essas obras, embora fora de sua competência. Solicitou que na próxima reunião do Conselho a APPA trouxesse um relato sobre a questão das responsabilidades da construtora relativamente às obras executadas no pavimento das vias de acesso e nesse período buscasse apressar a solução por via amigável. Disse que as ponderações do Cons. Fayet seriam objeto de considerações, formulou uma proposta aditiva à proposição da Comissão: de recomendar à APPA a inclusão de previsão orçamentária para a recuperação do pavimento rígido das vias de acesso ao Porto de Paranaguá, mediante provisionamento de recursos provenientes do Orçamento Geral da União, para execução como obra delegada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNTI; Colocou em votação a Proposta Orçamentária e de Investimentos da APPA para o exercício 2010, com a adição do texto por ele sugerido, que foi aprovada pelo Colegiado com o voto contrário do Cons. Fayet.

3.2 APRECIÇÃO DA PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DESCONTO TARIFÁRIO, ENCAMINHADA PELA APPA - NOS TERMOS DO ITEM III, DA DELIBERAÇÃO N.º 015/2007-CAP/PGUA (Of. 757/09 e Portaria 188/09 - APPA) - Representante Titular do Governo do Estado – Conselheiro Daniel Lúcio Oliveira de Souza; O Presidente registrou o recebimento de uma correspondência encaminhada pelo Cons. Edson através da qual discordava da inclusão do assunto na pauta, tendo em vista pouco espaço de tempo para a devida análise do assunto. Cons. Juarez disse se tratar de uma matéria de maior relevância que envolve a questão ambiental e que o objetivo final é do interesse comum de todos, portanto entende ser necessário uma pré-negociação entre a APPA e os Operadores. Cons. Maria do Socorro manifestou-se dizendo que até para evitar problemas futuros e por tratar-se de recursos públicos, há necessidade de primeiro o assunto ser tratado dentro da Comissão Tarifária e somente depois ser submetido ao Conselho. Cons. Fayet uma vez que o assunto não será apreciado pelo Conselho sugeriu que as Portarias 188/09-APPa e 189/09-APPa fossem suspensas até a conclusão do relatório final da Comissão. Cons. Edson disse que sua preocupação era com relação a Portaria n.º. 189/09-APPa, que referia-se a vigência de prazos. Cons. Maurício Vitor justificou a ausência do Cons. Daniel e informou que levará essas ponderações a Autoridade Portuária, acreditando ser o assunto reexaminado e negociações iniciadas o quanto antes para definição do mesmo. O Presidente informou que pela alta relevância do tema, o assunto será retirado de pauta, por proposição do relator, merecendo ser submetido a conversações e entendimentos entre as partes.

4 – INFORMAÇÕES GERAIS: 4.1 - ESCLARECIMENTOS ACERCA DAS SOLICITAÇÕES DE INFORMAÇÕES ENCAMINHADAS PELO CONSELHEIRO LUIZ ANTONIO FAYET, SOBRE A CONSTRUÇÃO DO NOVO TERMINAL DE GRANÉIS (CAIS OESTE), REFORMA DOS BERÇOS DE ATRACAÇÃO E AQUISIÇÃO DA DRAGA, POR PARTE DA APPA – Representante Titular do Governo do Estado – Conselheiro Daniel Lúcio Oliveira de Souza; Em razão da ausência do Cons. Daniel o Cons. Maurício Vitor Representante Suplente solicitou uma nova data para os esclarecimentos especialmente sobre o Terminal de Granéis e a Reforma dos Berços de Atracação, tendo em vista a ausência do Eng.º André Cansian, Diretor Técnico da APPA e responsável pela área, face a compromissos anteriormente assumidos. Sobre a questão da draga informou da presença do Economista Luiz Fernando Garcia, responsável pelo estudo de viabilidade econômica e do Tenente Jessé, para os respectivos esclarecimentos. Cons. Fayet disse que embora o assunto já tenha sido exaustivamente explicado no Conselho, decidiu formalizar correspondência ao CAP solicitando informações à APPA, sobre os projetos técnicos e econômicos que fundamentaram a aquisição da Draga, o Terminal de Granéis Oeste e a Reforma dos Berços de Atracação, pois se trata de um assuntos de muita responsabilidade e, portanto, via a necessidade de analisar em detalhes essas respostas, que poderão ser enviadas por escrito. Acha estranho esse procedimento adotado pela APPA justamente no momento em que o Governo Federal está resolvendo o problema de todos os portos. O Cons. Maurício disse que as informações seriam encaminhadas por escrito ao Cons. Fayet. O Economista Luiz Fernando iniciou sua apresentação sobre o Estudo de Viabilidade Econômica para a aquisição da draga, dizendo que apesar de ser um estudo de pequeno porte, acreditava e esperava sanar as dúvidas



COMISSÃO DE AUTORIDADE
PORTUÁRIA DO PORTO DE
PARANAGUÁ

Rua Antônio Pereira, 161
Cep: 83221-030 Paranaguá - PR
Tel. (41) 3420-1142 - Fax (41) 3420-1380
www.autoridadeportuaria.pr.gov.br
E-mail: cappgu@pr.gov.br

do Cons. Fayet. Discorreu e prestou esclarecimentos sobre os seguintes itens: Aquisição da Draga; Informações Gerais; Custos: Pessoal; Combustível; Lubrificantes; Manutenção; Viaturas de Apoio; Previsão com Docagem/Reparos; Seguro; Imprevistos; Taxas e Depreciação; Receitas: Economia de Caixa e Prestação de Serviços; Fluxo de Caixa; Avaliação Financeira: TIR; Valor Presente Líquido e PayBack Descontado. Conclui dizendo que pelos resultados obtidos no presente estudo é viável econômico-financeiramente a aquisição da draga. Tenente Jessé disse que a Administração do porto optou pela aquisição de dragas de médio porte por ser a mais adequada para manobras na bacia de evolução, isto é, com capacidade máxima de aproximadamente 7,5 metros de calado, com capacidade de dragagem de no mínimo 20 metros de profundidade e parâmetros para 5.500m³ de sistema. Cons. Daudt registrou sua posição, dizendo ser muito importante a aquisição desse tipo de equipamento para a operação portuária, destacando alguns pontos que considera extremamente importante, como a redução de quase 40% do imposto de importação e o custo de pessoal, com relação ao custo de manutenção que diz saber são altíssimos. Sugeriu que fosse efetuado convite a Presidência da Praticagem para fazer um amplo esclarecimento sobre a questão de calado, preamar uma vez que existem algumas regras que devem ser levadas ao conhecimento de todos. Cons. Juarez disse que suas considerações seriam mais para reflexão pois entendia que mesmo que a viabilidade financeira fosse inferior, ele ainda defenderia a compra da draga própria, porque esse momento de preço da dragagem reflete a crise mundial, que logo passará e fará com que os preços subam. A solução que Paranaguá está criando é uma janela de oportunidades na busca de alternativa e por ser pioneiro, será uma referência nacional. Portanto, vale todo o apoio que o Conselho possa dar para que a APPA supere as dificuldades na concretização desse projeto. Cons. Maria do Socorro disse que considerava o trabalho apresentado muito bom e que a questão dragagem é estratégica para o Brasil e um problema que deveria ser solucionado pelo Governo Federal. Aqui em Paranaguá está sendo resolvido pela APPA por não termos outra saída porque não podemos ficar a mercê de dragas estrangeiras e preços praticados por eles. Cons. Blásio disse que estava cansado de ver semanalmente navios deixando carga em Paranaguá por dificuldade de calado. Portanto, se há recursos financeiros não há porque ficar a espera do Governo Federal e sim apoiar toda iniciativa para solução dos problemas. No entanto, recomendou cuidados com relação ao cálculo para os serviços de manutenção preventiva, que no seu entendimento, tem que ser claramente discutido, pois deverá ser uma manutenção perene. Comandante Jessé informou que as propostas serão abertas no próximo dia 29 de outubro. Cons. Luciano desejando sucesso na conclusão do processo, disse esperar que com esse procedimento não necessitasse mais correr atrás de dragagem, pois a concorrência de outros portos é eminente e Paranaguá sofre as conseqüências. O Presidente disse que a apresentação do Sr. Luiz Fernando estaria a disposição de todos junto à Secretaria do CAP. Informou que oportunamente serão feitos os esclarecimentos solicitados pelo Cons. Fayet, acerca do projeto de Aprofundamento dos Berços, Sobre a questão da dragagem, disse que o porto de Paranaguá esta sendo pioneiro com uma solução própria, sendo que isso, no seu entender, é uma demonstração de competência, ousadia e uma questão de estratégia. Com o restabelecimento da navegação noturna, a APPA deverá efetuar um convite ao Departamento de Navegação de Portos e Hidrovias - DNPH, órgão da Secretaria Especial de Portos, que deverá fazer uma avaliação das condições de navegabilidade, emitindo Relatório Técnico, Econômico e Financeiro, estabelecendo normas para acesso ao canal. Deverá ser um trabalho rápido a ser apresentado antes do convite à Praticagem.

4.2 INFORMAÇÕES SOBRE O ANDAMENTO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO DE FOMENTO E PRODUTIVIDADE PORTUÁRIA (ANÁLISE DAS POTENCIALIDADES, PROPOSTAS E MELHORIAS PARA ATRAÇÃO DE CARGAS NO PORTO DE PARANAGUÁ - SEGMENTO DE GRANÉIS LÍQUIDOS - Ata da reunião do dia 19/10/2009) - Relator "ad-hoc" - Conselheiro Cláudio Fernando Daudt agradeceu a colaboração dos Conselheiros que participaram da reunião com a presença dos representantes da Petrobrás, União Vopak e da Cooperativa dos Produtores de Alcool do Paraná, dizendo que em função do pouco tempo disponível não pode se programar, trazendo somente informações de seu conhecimento. Colocou como pontos principais abordados na reunião a queda de 40% na movimentação de líquidos por Paranaguá, que é uma queda sensível para a qual deverão ser encontrados caminhos para recuperação através da busca de produtos químicos a ser capturado de outros portos. Disse que na reunião abordou



CONSELHO DE AUTORIDADE
PORTUÁRIA DO PORTO DE
PARANAGUÁ

Rua Antônio Pereira, 161
Cep: 83221-030 Paranaguá - PR
Tel. (41) 3420-1142 - Fax (41) 3420-1360
www.autoridadeportuaria.pr.gov.br
E-mail: cappgue@pr.gov.br

também sobre um convite que recebeu para reunião dos representantes da ALCOOLPAR (Cooperativa dos Produtores de Alcool), COOPAGAS, Usinas Santa Terezinha, Sindicato das Usinas de Mato Grosso do Sul e COPEL, para tratar do assunto referente ao alcoolduto, com o Governador do Estado, que se comprometeu a declarar de utilidade pública as áreas por onde passará o alcoolduto e efetuar levantamento topográfico através da COPEL. O que o Governador quis buscar junto às empresas é um projeto, que se o Paraná não se movimentar poderá perder de 3 a 4 bilhões de litros para Santos, que tem projeto para dois alcooldutos. Relatou que foi criada uma Comissão para apresentar em noventa dias um estudo e assim que essa Comissão for convidada para participar de primeira reunião junto ao Governo do Estado, será comunicado a APPA. É um assunto que logo deverá ser trazido ao CAP, até para ter mais uma entidade para contribuir no esforço de isso aconteça e evitando que todo álcool de Mato Grosso do Sul e de São Paulo vá para Santos. Concluindo, disse que provavelmente essa questão será um ponto de destaque na próxima reunião da Comissão. **Cons. Maria do Socorro** sugeriu revisão na composição das Comissões tendo em vista que nem todos os Conselheiros tem disponibilidade para participação nas reuniões. Portanto sugeriu que fosse indicado o **Cons. Luiz Alberto** como relator da referida Comissão, evitando assim mudança de relatoria a cada reunião. **Cons. Bósio** especialmente na Comissão de Atração de Carga, da qual ele é o relator, cuja obrigatoriedade é de uma reunião por mês, que a mesma está aberta para que todos os Conselheiros interessados possam participar. Como a referida Comissão é de interesse empresarial, disse que tudo que for dessa área poderá ser dirigido ao **Cons. Luiz Alberto**, que muito bem pode representá-lo, sendo assim uma forma de trabalhar delegando responsabilidades. **Cons. Luiz Alberto** disse que como Diretor de Desenvolvimento Empresarial da APPA, mesmo antes de ser indicado pelo **Cons. Bósio** para integrar a Comissão, sempre procurou e já iniciou algumas conversações com os segmentos da comunidade portuária com o objetivo de aprofundar diálogos. Entretanto, entende que realmente tem que haver uma programação com antecedência e que continua se colocando à disposição, para colaborar com a Comissão. **Cons. Ivany** disse que a Comissão tem efetivamente se reunido inclusive ele foi o relator de uma reunião, onde foram ouvidos representantes dos segmentos de granel e carga geral, com sugestões e reivindicações constantes nas atas. O único percalço aconteceu na última reunião em função da ausência do relator oficial, cuja convocação extemporânea provocou situação como a comentada pelo **Cons. Daudt**, mas a Comissão tem efetivamente trabalhado. O **Presidente** disse que o trabalho dessas Comissões tem uma relevância muito grande já que o mesmo consiste em trazer para o plenário as matérias previamente discutidas, mas que se buscasse uma solução em face das dificuldades que o **Cons. Bósio** tem em vir participar das reuniões. Após manifestações e ponderações, por sugestão do **Cons. Bósio**, ficou estabelecido que o **Cons. Luiz Alberto** ficará como relator "ad-hoc" permanente da Comissão de Fomento e Produtividade Portuária.

4.3 INFORMAÇÕES A RESPEITO DO PROJETO "CONTROLE INTEGRADO DE ACESSO À ZONA PRIMÁRIA", ELABORADO EM PARCERIA, PELA ALFÂNDEGA E PELA APPA – Representante Titular do Governo do Estado – **Conselheiro Daniel Lúcio Oliveira de Souza**; Representante da Receita Federal do Brasil – O Sr. Sr. **Fernando Sottomaior** fez uma breve explanação do projeto dizendo que pelo Regulamento Aduaneiro, a Receita Federal tem competência legal de disciplinar a entrada, saída e permanência na zona primária, de pessoas, veículos, mercadorias e unidades de carga, assim como sua movimentação e armazenamento. Essa disciplina pode estender-se à zona de vigilância aduaneira, que abrange a totalidade dos Municípios de Paranaguá e Antonina. Devido a questões peculiares de cada porto e de cada terminal, muitas das autorizações de acesso são feitas em papel, o que torna o processo burocrático e pouco eficiente tanto para o usuário como para o controle aduaneiro. Citou como exemplo, os acessos para fornecimento de bordo, retirada de óleo, resíduos e sucata. Não existe até hoje um sistema corporativo da Receita Federal, de âmbito nacional, que faça esses e outros controles de serviços conexos ao comércio exterior. Seguindo o modelo adotado no Porto de Santos, onde a Alfândega e a CODESP publicaram Portaria conjunta criando um banco de dados comum de credenciamento, para acesso à zona primária e terminais alfandegados, a Alfândega de Paranaguá procurou a Autoridade Portuária para viabilizar o desenvolvimento, em parceria, de um sistema informatizado público visando integrar e aprimorar os controles existentes relacionados ao acesso não apenas ao recinto administrado pela APPA, mas a todos os recintos alfandegados. Neste sentido, foram

Ata da 187ª. Reunião Ordinária - Página 4 de 7

criadas duas comissões, uma na Alfândega, outra na APPA, que já estão trabalhando de forma integrada e cooperativa para elaborar, definir e implantar esse sistema. **Cons. Luiz Alberto** disse ser bastante oportuno a integração dessa Comissão citada pelo representante da Receita Federal, juntamente com o Comitê de Logística de Contêineres da Associação Comercial de Paranaguá e com todos os intervenientes e armazéns da retroárea, onde se procura, após estudo desenvolvido pela ACIAP, uma forma para a redução do gargalo. De toda a programação realizada pela consultoria, a maioria das ações já foram realizadas e a participação dessa Comissão vai contribuir para que efetivamente se possa reduzir por completo a situação dos gargalos do contêiner. Com isso se está criando o que foi criado um sistema similar ao "carga on line" e "contêiner on line", integrando tecnologia da informação com o Departamento de Informática da APPA, visando um melhor resultado com relação ao fluxo de caminhões em Paranaguá. **4.4 INFORMAÇÕES SOBRE O ANDAMENTO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO ESPECIAL PARA ASSUNTOS DE CABOTAGEM NO PORTO DE PARANAGUÁ - Relator - Conselheiro Luiz Alberto de Paula César**, Falou da importância do assunto e da dificuldade nacional em relação à Cabotagem, que trouxe um decréscimo muito grande dessa atividade, principalmente no Paraná. Informou que fez um estudo comparativo com base nas informações adquiridas pelos participantes no Congresso de Cabotagem realizado em Brasília, para ser apresentado, em conjunto com outras propostas, aos Governos Federal e Estadual. A Comissão está trabalhando e uma das propostas foi realizar uma tabela progressiva de redução de custos, onde todos os intervenientes possam apresentar suas contribuições subsidiárias. Outra proposta que será levada ao Governo Estadual é a redução ou desoneração de ICMS sobre o combustível da cabotagem, visando uma redução de custo e aumento de competitividade nesse segmento. Relatou que Paranaguá atua com seis portos em cabotagem e com base em pesquisa efetuada pela FIEP, é muito grande o potencial de clientes existentes no Paraná que poderão fazer uso da cabotagem. Em razão da amplitude do assunto, convocou a participação de todos para a discussão e o aprofundamento desses itens, trabalhando em conjunto e levando aos entes e atores envolvidos, esses estudos e propostas. Informou que na próxima reunião apresentará com maior profundidade as questões analisadas e estudadas sobre o assunto. **Cons. Fayet** disse que estará disponível para uma mobilização e que o trabalho dessa Comissão representa uma antecipação de Paranaguá nas soluções que fatalmente terão que vir. É um dos assuntos que terá que ser abordado junto ao Ministério da Agricultura, ANTAQ e SEP. Destacou que a legislação federal tem amarras com a construção naval, tornando inviável a cabotagem. Portanto é um dos assuntos a ser trabalhado junto não só da Secretaria Especial dos Portos como também no contexto do Governo Federal. **Cons. Maria Socorro** disse que uma das medidas a ser tomadas em Paranaguá será a criação de uma tabela progressiva para os trabalhadores, caminhoneiro, retaguarda, ou seja, todos os setores envolvidos com os custos da cabotagem, que irá proteger os mesmos e dará incentivo ao volume de carga. O trabalho dessa Comissão exigirá uma boa negociação e convencimento de todos os setores. O **Presidente** disse que o assunto foi internalizado na Secretaria Especial de Portos, que tem uma Comissão que está estudando um projeto à nível nacional e este é um dos temas a ser abordado no Seminário de Logística a ser realizado em Fortaleza em novembro próximo. **5 - EXPEDIENTE:** O **Presidente** destacou o expediente sobre as sugestões de alterações nas IN's 33 e 36, apresentadas pelo CAP ao Ministério da Agricultura, dizendo estar em fase de negociação, inclusive foi agendado a primeira reunião para a próxima semana com o Secretário de Defesa Agropecuária e com a Comissão composta pelos Conselheiros: Juarez, Blásio e Luiz Hamilton, além de representantes da ACIAP, Sindicames e o Sr. Biramar, técnico da SEP, que tem bastante conhecimento na área e provavelmente irá agregar valores. Destacou também a importância de fazer ação semelhante na área do meio ambiente, pois com essa estratégia deverá também trazer resultados satisfatórios. **5.1 - Relatório Operacional da APPA. 5.2 - Relatório de Atividades do OGMO; 5.3 Correspondências Expedidas e Recebidas; 6 - ASSUNTOS GERAIS:** **Cons. Baka** fez um breve relato sobre sua viagem à cidade portuária de Mariupol, na Ucrânia, onde Paranaguá foi a primeira cidade brasileira a assinar Convênio com status de "cidade irmã" com cidade Ucrâniana. Além do intercâmbio cultural e esportivo que Paranaguá terá com essa cidade, informou a realização de um fórum empresarial, junto a Câmara de Comércio de Kiev, que acontecerá em data de 1, 2 e 3 de dezembro, onde serão assinados Convênios entre Brasil e Ucrânia, havendo

interesses comerciais deste com relação a compra de fertilizantes, equipamentos do setor da construção civil, hotelaria, alimentação e vestuários do Brasil. O Convite será encaminhado a todos os Conselheiros através da Secretaria do CAP. Registrou sua participação em ato efetuado pela Polícia Federal, que iniciou, em Paranaguá, o plantio de 2.500 árvores, para compensar o gás carbônico que ela emite em suas atividades em Paranaguá. Com relação ao Alcoolduto, disse que Paranaguá tem total interesse, que inclusive o Plano Diretor já previu área para expansão dessa atividade e também a criação de uma área para alcoolquímica, já que há interesse para a transformação do álcool a ser destinado aqui. Comunicou também que com o tombamento histórico da cidade de Paranaguá, poderá haver recursos para recuperação e restauração de prédios históricos, para a instalação de Biblioteca, para a realização de exposições, shows artísticos e, se os empresários tiverem algum recurso a serem recolhidos ao Governo Federal através do Imposto de Renda, esse recurso poderá ser destinado neste projetos e deduzidos em suas declarações. **Cons. Luiz Alberto** informou da apresentação do Projeto Porto Fácil, a ser feita naquela data na Associação Comercial de Curitiba, para os empresários de Comércio Exterior, assim como foi apresentado na semana anterior na ACIAP e que nos próximos dias estará dando inicio ao projeto "Road Show", que percorrerá todo o Estado do Paraná, visitando os clientes e fornecedores afim de divulgar o porto e levantar as reivindicações e anseios da comunidade, convidando a todos para que possam estar juntos, visando assim a um maior volume de carga para Paranaguá. O **Presidente** informou que estará circularizando entre os Conselheiros o Acórdão n.º.1904/2009 do TCU, solicitando análise de todos, porque se trata de integração e planejamento do PDZ devendo assim ser um trabalho em conjunto. Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e encerrou a 187ª Reunião Ordinária, tendo eu Vitor Roberto Muller Bernardi Presidente, lavrado a presente Ata, que vai assinada por mim e pelos Conselheiros, tão logo seja aprovada.

Conselheiros:

Martinho Cândido Velloso dos Santos _____

Maurício Vitor de Sousa _____

José Baka Filho _____

Ivany Marés da Costa _____

Luiz Alberto de Paula César _____

Carlos de Oliveira da Velha Filho _____

Edson César Aguiar _____

Marco Aurélio Chapaval _____

Carlos Antonio Tortato _____

Maria do Socorro de Oliveira _____

Zulfiro Antonio Bósio _____

Ismael Alves Pires Neto _____

Luiz Antonio Fayet _____

Juarez Moraes e Silva _____

Cláudio Fernando Daudt _____

Blásio José München _____

Luciano Cardoso Denardi _____

João Gilberto Cominese Freire _____



CONSELHO DE AUTORIDADE
PORTUÁRIA DO PORTO DE
PARANAGUÁ

Rua Antônio Pereira, 161
Cep: 83221-030 Paranaguá - PR
Tel. (41) 3420-1142 - Fax (41) 3420-1380
www.autoridadeportuaria.pr.gov.br
E-mail: cappgua@pr.gov.br

Convidados:

Cap. Avelino de Freitas - CPPR

Sidney Pinto - Cotriguaçu

Fernando O.S.Muller - Receita Federal

Fernando Muniz - SINDOP